

José Cruz



Osmar Dias cobra CPI sobre remessa ilegal de US\$ 30 bi

Página 4

Paim quer evitar demissão imotivada

Página 7

Iris pede medidas para combater Aids entre mulheres

Página 6

Célio Azevedo



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.715 - Brasília, terça-feira, 10 de junho de 2003

ELEIÇÕES

Registro digital de voto está na pauta da CCJ

A Comissão de Justiça deve votar amanhã projeto que substitui a impressão do voto pelo registro digital.

Página 3

INTEGRAÇÃO

Mulheres parlamentares fazem encontro

Representantes de oito países de língua portuguesa discutem estratégias para a integração das nações.

Página 8

BNDES

Efraim critica empréstimo a argentinos

Efraim Morais considera "uma aberração" a decisão do BNDES de financiar empresas exportadoras argentinas.

Página 5

Acordo deve garantir votação de MPs hoje

■ Sarney confia em entendimento de líderes para assegurar a votação de cinco medidas provisórias que trancam a pauta. "Já há acordo praticamente pronto para isso", afirma o presidente do Senado



Jane de Araújo

DEFESA. Ao lado do ministro José Viegas Filho, Sarney abre exposição sobre a Marinha brasileira no Salão Negro do Congresso Nacional

Cinco medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Plenário devem ser votadas hoje. O presidente do Senado, José Sarney, confirmou que já há

acordo de liderança "praticamente pronto" para o exame das propostas, quatro delas em forma de projeto de conversão. O primeiro item da pauta é a MP que permite renegociação

das dívidas de agricultores. Sarney, que ontem abriu exposição sobre a Marinha no Salão Negro do Congresso, previu a convocação extraordinária do Congresso em julho.

Páginas 3 e 7

ARMAS

O porte de armas e o tráfico de drogas devem ser discutidos hoje em audiência pública na Subcomissão Permanente de Segurança Pública com o ministro da Defesa, José Viegas Filho

Página 3



Célio Azevedo

ELOGIOS. Virgílio ressaltou os resultados da pesquisa feita pela Universidade do Amazonas

Virgílio diz que castanha está livre de fungo

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que, graças a uma pesquisa realizada junto a 12 comunidades do município de Manicoré, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) conseguiu reduzir a zero o índice de contaminação por aflatoxina da castanha-da-amazônia, substância cancerígena produzida por um fungo.

O projeto da universidade foi divulgado, no último dia 1º, pelo jornal *A Crítica*, de Manaus. De acordo com a reportagem, desde 2000 os pesquisadores orientavam os produtores de Manicoré a utilizar métodos diferenciados de coleta, secagem e armazenamento da castanha. Na primeira análise de dez amostras coletadas em um castanhal, nenhum fruto apresentava contaminação pelo fungo. Em março último, novo exame foi realizado e, das 22 amostras recolhidas, o índice de contaminação permaneceu reduzido a zero.

Com a solução do problema, ressaltou Arthur Virgílio, a comercialização da castanha ganhou um impulso no município. No ano passado, o hectolitro do produto custava cerca de R\$ 30. Neste ano, os preços subiram para R\$ 65.

Agenda



Dívida dos agricultores em votação

Na pauta da sessão de hoje, a partir das 14h30, uma medida provisória e quatro projetos de lei de conversão. A proposição mais polêmica é a que trata da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Os senadores votaram a admissibilidade da matéria na quarta-feira e hoje deve haver acordo das lideranças partidárias quanto ao mérito. *Leia mais na página 3.*

CI ouve presidentes da Petrobras e do BNDES

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove, a partir das 10h, audiência pública com o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra (foto), para discutir a política administrativa da estatal. No mesmo horário, a

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve ouvir Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre regras de financiamento e o papel da instituição.



Secretário do Tesouro participa de audiência na CMO

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, é o convidado da Comissão Mista de Orçamento (CMO) na audiência pública marcada

para as 15h de hoje. O cumprimento das metas fiscais no primeiro quadrimestre de 2003 deve ser discutido com os senadores e deputados.



Sarney assina protocolo entre ILB e UnB

O presidente José Sarney comparece, hoje, às 9h, ao lançamento da coleção *História do Direito Brasileiro*, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Às 10h30, recebe o embaixador do Brasil na Venezuela, Ruy Nogueira. Às 11h,

assina protocolo de intenções técnico-cultural entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado e a Universidade de Brasília. E às 12h, recebe o presidente da Embratel, Jorge Luís Rodrigues.

Subcomissões realizam audiências

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública se reúne, às 18h, para discutir a questão do tráfico e do porte de armas com o ministro da Defesa e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal. Às 19h, a Subcomissão Temporária da Saúde realiza a segunda audiência pública para discutir melhorias da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, com a presença de Jorge Solla, secretário do Ministério da Saúde.



Seminário Interlegis

Tem início às 9h30 a solenidade de abertura do II Seminário Nacional Interlegis, presidido pelo 1º secretário do Senado Federal, senador Romeu Tuma (PFL-SP). O presidente do Senado, José Sarney, fará a abertura do evento, que termina amanhã. O Interlegis é um programa de modernização e integração do Poder Legislativo brasileiro, concebido pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Ano Cândido Portinari

Na pauta da Comissão de Educação, que se reúne a partir das 11h30, projeto que institui 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari; a indicação do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) sugerindo que seja objeto de estudo a criação da Universidade Federal na Região do Vale do Cariri (CE); e requerimento da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) convidando o artista plástico Siron Franco para audiência pública.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

PREJUÍZO. Para Aelton Freitas, desrespeito a decisões judiciais não ajuda na reforma agrária

Aelton critica fazendeiros e invasores

O primeiro passo para uma reforma agrária bem-sucedida, de acordo com o senador Aelton Freitas (PL-MG), é a implementação de uma rígida estrutura pública de fiscalização no campo para punir os excessos cometidos pelos proprietários e pelos invasores de terras. O senador disse que é favorável à reforma agrária, mas enfatizou a necessidade de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva agir sem pressões nessa área.

Aelton criticou os recentes episódios ocorridos no estado de Pernambuco, em que grupos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desrespeitaram decisão judicial, invadindo terreno que estaria no rol de áreas em processo de desapropriação.

– Todos temos o direito de discordar de decisões judiciais, até porque elas não se configuram necessariamente em medidas absolutas. Entretanto, é diferente discordar de desrespeitar. Os fatos da última semana não foram um desrespeito à lei, mas, acima de tudo, ao bom senso, pois atitudes agressivas podem provocar reações ainda mais violentas das vítimas de ocasião – comentou.

Para o senador, a verdadeira reforma agrária deve não apenas assentar um grande número de famílias, mas oferecer condições para os assentados produzirem e alcançarem independência. Para ele, a reforma é uma das bandeiras do governo Lula e conta com real comprometimento do governo.

– Espero que o governo, juntamente com o Poder Judiciário, encontre alternativas eficientes para coibir de uma vez por todas a violência no campo – afirmou o senador.



Projeto institui registro digital do voto

Caso a pauta do Senado seja desbloqueada hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – foto – que substitui a impressão do voto na urna eletrônica pelo registro digital do voto. O relator, senador De-

mostenes Torres (PFL-GO), é favorável à proposta, de acordo com emenda de redação que propõe.

– O registro digital é impressionantemente mais barato, menos trabalhoso e mais seguro contra fraudes e problemas técnicos, evitando tumultos nas seções eleitorais – defende o relator.

Ainda em caráter terminativo, a CCJ deve analisar substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto de lei do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que proíbe servidores públicos de receber passagens e diárias de empresas para participar de eventos. O autor justifica sua proposta pelo fato de

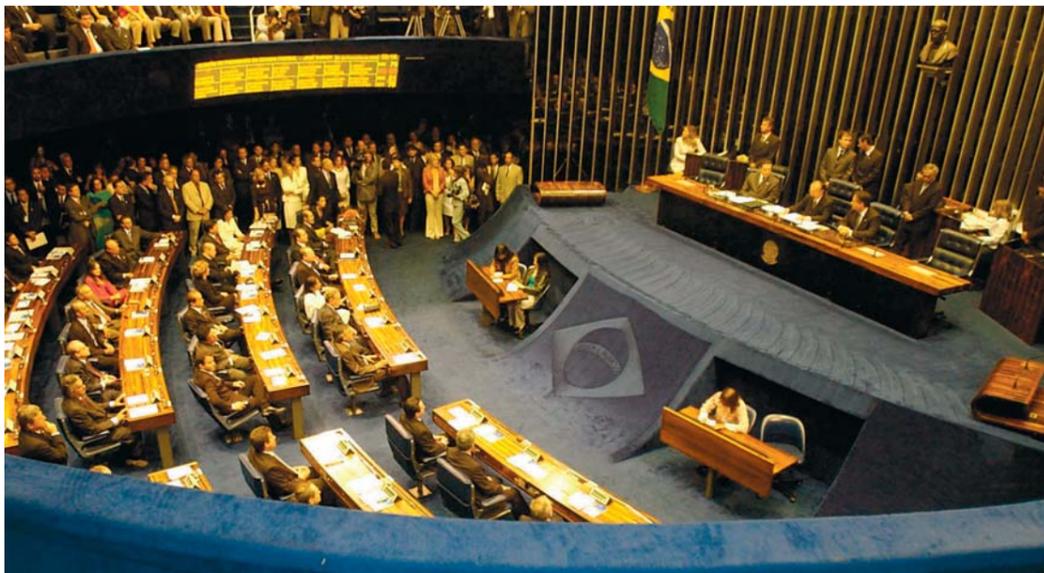
a imprensa noticiar viagens de agentes públicos "custeadas por empresas que, muitas vezes, têm interesse em agradar seus convidados, visando criar facilidades para seus pleitos".

A CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), tem outros 28 itens em sua pauta.

Comissão pode declarar 2003 Ano Portinari

O ano de 2003 poderá ser declarado Ano Nacional Cândido Portinari. É o que estabelece projeto de lei da Câmara que estará em análise hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE). A proposta tem parecer favorável, com emendas, da relatora, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

Cândido Portinari nasceu há 100 anos em Brodósqui (SP). Ao falecer, em 1962, era respeitado internacionalmente. Seus murais estão em locais como a Biblioteca do Congresso, em Washington, e o edifício das Nações Unidas, em Nova York.



VOTAÇÃO. Primeiro item na pauta do Plenário é a MP que trata da renegociação de dívidas de agricultores

Ministro debate com senadores o tráfico de armas

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública reúne-se hoje, às 18h, para discutir a questão do tráfico e do porte de armas com o ministro da Defesa, José Viegas Filho, e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda. O relator é o senador César Borges (PFL-BA), responsável por analisar os resultados dos debates e apresentar propostas legislativas sobre o assunto.

A reunião será a segunda sobre o tema na subcomissão, ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Os senadores deverão concentrar atenções no tráfico de armamentos nas regiões de fronteira.

Na primeira audiência, foram ouvidos o general José Rosalvo Leitão de Almeida, do Departamento de Produtos Controlados do Ministério da Defesa; Alzira Quaresma, coordenadora da Coordenação Nacional de Armas do Ministério da Justiça; Denis Mizne, diretor-executivo da ONG Sou da Paz, e o ex-senador Irapuan Costa Júnior.

Na audiência, foram sugeridas medidas com a finalidade de acabar com a impunidade no uso de armas ilegais, como o controle do tráfico de armas pelos serviços de inteligência do Exército e da polícia.

Plenário deve votar cinco MPs para liberar pauta

■ Líderes encaminham entendimento para aprovar renegociação das dívidas de pequenos produtores

O Plenário deve votar hoje cinco medidas provisórias (MPs), sendo quatro delas aprovadas pela Câmara dos Deputados na forma de projetos de lei de conversão. Essas matérias estão trancando a pauta, mas já há um acordo encaminhado para permitir a votação, segundo informou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

– O Senado vai votar as medidas provisórias que estão na pauta. Já há acordo de lideranças praticamente pronto para isso. Vamos votar todas as medidas que estão aqui e, a partir daí, equacionar a votação da reforma do Judiciário – afirmou Sarney.

O primeiro projeto na pauta permite a renegociação das dívidas de pequenos agricultores, beneficiando cerca de 820 mil

produtores que firmaram contratos de financiamento em programa de apoio a assentados em reforma agrária e no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Também serão atendidos, conforme o texto do projeto, os pequenos agricultores que tomaram empréstimos com recursos dos fundos constitucionais.

O segundo projeto de lei de conversão trata do reajuste anual do salário mínimo e o terceiro, da instituição do Fundo Garantia-Safra e do Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a situação de emergência ou estado de calamidade pública devido à seca, situados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

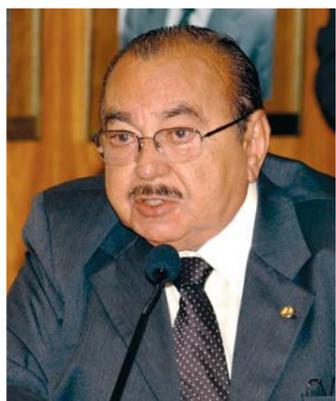
O último projeto de lei de conversão a ser votado decorre de MP que fixa o prazo até 31 de julho de 2005 para que se permita o patrocínio de atividade esportiva e a veiculação de

propaganda de cigarros em estádio, pista ou veículos de competição, desde que em eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um único país e sejam organizados ou realizados por instituições estrangeiras. A medida foi editada diante da iminência da realização do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1, em abril último.

Já a medida provisória que está na pauta do Plenário abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 12 milhões.

Convocação

O presidente do Senado, José Sarney, confirmou a possibilidade de convocação extraordinária da Casa pelo presidente da República no mês de julho. Ele observou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não definiu a pauta. "Mas eu sinto que seu desejo é de que o Senado seja convocado, de forma a apressar a tramitação das reformas no Congresso Nacional", comentou.



AUDIÊNCIA. Gilberto Mestrinho preside Comissão Mista, que faz avaliação prevista em lei

Orçamento avalia metas fiscais em 2003

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência hoje, às 15h, para avaliar o cumprimento das metas fiscais no primeiro quadrimestre de 2003, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. A CMO é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Confirmaram presença o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e o de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, João Bernardo de Azevedo Bringel.



SEGURANÇA. Jereissati preside subcomissão que discute combate à criminalidade



TRANSIÇÃO. Garibaldi concorda com Aluizio Alves sobre regime para servidor mais antigo

Garibaldi pede debate sobre Previdência

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que o Senado precisa ouvir "vozes abalizadas" sobre a proposta de reforma da Previdência dos servidores públicos, ponderando que algumas informações vêm sendo omitidas pelo governo ao tratar do assunto. Ele leu artigo sobre a reforma publicado no domingo pelo ex-ministro da Administração do governo José Sarney, Aluizio Alves, no qual ele diz não ser verdade que os funcionários não descontavam contribuição previdenciária no passado, como costumava ser noticiado.

– O ex-ministro da Administração, ex-constituente de 1946 e ex-relator da Lei Orgânica da Previdência Social sugere uma fase de transição para quem já é funcionário público e já cumpriu metade do tempo para aposentadoria. Aqueles que não cumpriram metade do tempo podem recorrer a uma previdência complementar, pois ainda vão trabalhar por muitos anos. É preciso pensar nisso – disse Garibaldi.

No artigo, sob o título "Escamoteação da verdade", publicado no jornal *Tribuna do Norte*, de Natal, o ex-ministro Aluizio Alves diz que o governo "se esqueceu ou omite" que os servidores vinculados ao antigo Ipase pagavam contribuição de 5% a 6% sobre seus salários. Depois, durante o regime militar só se contratavam funcionários regidos pela CLT, exceto os servidores da carreira diplomática, da Receita, da Polícia Federal, do Judiciário e do Ministério Público – esses descontavam 8% de seus salários.

Garibaldi em que é preciso apoiar as reformas, mas os congressistas não devem abdicar de seu direito de emendar a reforma da Previdência.

Osmar insiste em CPI para apurar remessas ilegais

■ Exame das propostas de reformas não seria prejudicado por investigação, afirma senador

O senador Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo às lideranças partidárias do Senado para que revejam a decisão de adiar a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria a remessa ilegal de US\$ 30 bilhões para o exterior por meio da agência do Banestado em Nova York, utilizando contas CC-5. Enquanto o Senado decidiu postergar a investigação, a Câmara dos Deputados deverá instalar hoje a CPI da Evasão de Divisas, informou Osmar Dias.

Segundo o senador pelo Paraná, o argumento invocado para sustar a criação dessa CPI foi o mesmo usado há dois anos, quando se tentava viabilizar a instalação da CPI da corrupção. Osmar Dias opinou que a tramitação das propostas das reformas não pode ser prejudicada por uma comissão parlamentar de inquérito. O senador ressaltou que o apoio por ele dado àquela CPI acabou por levar à sua exclusão dos quadros do PSDB.

– Ficou feio para o Senado negar um pedido de CPI e ver a



Roosevelt Pinheiro

OPORTUNIDADE. Osmar Dias cobra instalação imediata de CPI, mas Tião Viana quer conclusão de apurações em andamento

Câmara instalar essa comissão – afirmou, instando os líderes do Senado a reverem sua decisão, autorizarem e indicarem seus representantes no colegiado para provar "que não há ninguém com medo da CPI".

Convencido dos resultados práticos propiciados por essas comissões, Osmar Dias lembrou, por exemplo, que a CPI dos Precatórios desvendou muitos crimes contra o patrimônio público e que a CPI do Judiciário levou à prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e à cassação do mandato do então senador Luiz Estevão.

Rapidez

Embora admita que Osmar Dias está "coberto de razão" quando quer um resultado rápido sobre o episódio do Banestado, o líder do PT no Sena-



José Cruz

do, Tião Viana (AC), sustentou que o caminho mais rápido para elucidar esse "escândalo" é por meio da investigação realizada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério da Justiça.

Tião Viana assegurou que o PT não se furtou a apurar o episódio, apenas entendeu, junto com os demais líderes partidários, que o método "moral e ético" a ser seguido, no momento, é o desenvolvido por essas instituições.

– A CPI pode aguardar algumas semanas até que seja concluído esse trabalho – afirmou Tião Viana, observando que é importante ter confiança nas instituições que dirigem esse processo.

Saem medidas contra lavagem de dinheiro

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou que o Banco Central e o Ministério da Justiça anunciam hoje 12 medidas para reprimir a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas no Brasil. Segundo a senadora, "trata-se de uma resposta à situação criada no Congresso Nacional nas últimas semanas, com o debate em torno da evasão de divisas pelo esquema das contas CC-5, principalmente as do Banestado".

Uma das medidas, segundo a senadora, é a criação de um departamento de recuperação de arquivos ilícitos, subordinado à Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça. O novo departamento vai permitir o rastreamento do dinheiro retirado ilegalmente do país e os bens adquiridos no exterior pelos criminosos. Atualmente,



Roosevelt Pinheiro

RESPOSTA. Banco Central e Ministério da Justiça farão anúncio hoje, informa Ideli

não há nenhum órgão semelhante no país.

Outra medida será a obrigatoriedade de preenchimento de ficha de identificação em todos os depósitos e saques acima de R\$ 100 mil. Será criado um documento padrão de identificação que vai facilitar o controle da movimentação de

altas somas de dinheiro no país. Será ainda criado um cadastro nacional de correntistas.

– Atualmente, quando uma CPI quebra o sigilo bancário de um suspeito, perde-se longo tempo comunicando-se a todos os bancos o fato e esperando a resposta de cada um deles, o que permite o sumiço do dinheiro. Com o cadastro único, as informações serão acessadas automaticamente – informou Ideli Salvatti.

A senadora disse ainda que esteve reunida com o diretor da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, para estabelecer procedimentos que facilitem o trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Nesta quarta-feira, Ideli Salvatti terá reunião com o corregedor-geral da União, ministro Waldir Pires.

Jucá elogia medidas da Andima

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cumprimentou a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima) pelas medidas adotadas no ano passado, relatadas no documento Retrospectiva 2002. Dentre elas, o parlamentar destacou a implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e um conjunto de ações voltadas para a autorregulação do setor. Jucá explicou que a implantação do SPB modificou profundamente o modelo até então em vigor, pois transferiu para o próprio mercado a responsabilidade por eventuais saldos negativos nas contas "reservas bancárias", antes sob obrigação do Banco Central. Outra medida destacada por Jucá foi a reformulação dos códigos de Ética e Operacional do Mercado.

Eduardo defende lago de Palmas

José Cruz

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou ao Plenário o lançamento da Carta do Fórum de Defesa do Lago, resultado do fórum realizado nos dias 4 e 5 últimos, que discutiu as formas de preservar o lago artificial da Usina Luiz Eduardo Magalhães, ou Usina do Lajeado. O lago, que banha Palmas, capital do Tocantins, tem 180 quilômetros de comprimento por 9 quilômetros de largura. A carta sugere, entre outras coisas, a inclusão da cadeira de defesa ambiental no currículo das escolas de primeiro e segundo grau do Tocantins.

Para Eduardo, lago deve ser de todos

O senador lembrou que Palmas, a mais nova capital do Brasil, é planejada urbanisticamente, e sua ocupação obedece a um Plano Diretor. A Carta do Fórum de Defesa do Lago sugere 15 providências básicas. Eduardo pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo de sua própria autoria intitulado "Um lago para todos", publicado nos jornais de Tocantins e de Goiás, e elogiou as Organizações Jaime Câmara e os organizadores do fórum.



Valmir Amaral elogia ministro Maurício Corrêa

Ao cumprimentar o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) fez, em discurso no Plenário, um breve relato da vida pública do advogado mineiro, qualificando-o como jurista “independente e corajoso, comprometido apenas com os interesses da sociedade”.

Nascido em São João do Maranhão (MG), Maurício Corrêa formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1960, e começou a advogar em Brasília já no ano seguinte. A partir de 1975, atuou como conselheiro da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assumindo, quatro anos mais tarde, a presidência da entidade. Em 1986 foi eleito senador por Brasília e ocupou, mais tarde, o cargo de ministro da Justiça.



Valmir Amaral exalta postura do ex-senador

– É uma situação tão absurda que os jornais argentinos trataram inicialmente o assunto com total descrédito. O Brasil vive uma das piores crises de sua história, com juros altos, recessão, empresas descapitalizadas, e o BNDES não consegue atender sequer nossas empresas.

Efraim critica empréstimo para empresas argentinas

Senador considera aberração crédito do BNDES a estrangeiros, diante das dificuldades vividas pelo Brasil

A decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de destinar US\$ 1 bilhão para um fundo que financiará empresas argentinas exportadoras foi considerada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) “uma aberração”. Outros US\$ 600 milhões serão emprestados à Bolívia, salientou.

– Nenhum país pode deixar de atender a seus próprios cidadãos para cuidar dos vizinhos. Mas a megalomania leva o governo a posar de paternalista junto a seus vizinhos oferecendo-lhes o que não tem. É fácil fazer caridade com o chapéu do povo brasileiro – acrescentou.

– Efraim disse que o presidente do BNDES, Carlos Lessa, tentou amenizar o impacto da notícia dizendo que o dinheiro iria apenas “incrementar as relações bilaterais Brasil-Argentina”. No entanto, segundo o parlamentar, o chanceler argentino, Martin Medrado, teria afirmado que “os recursos poderão financiar exportações para

João de Araújo



CONTRADIÇÃO. Efraim vê na decisão mudança de comportamento do PT

qualquer outro mercado”.

– Nenhum país pode deixar de atender a seus próprios cidadãos para cuidar dos vizinhos. Mas a megalomania leva o governo a posar de paternalista junto a seus vizinhos oferecendo-lhes o que não tem. É fácil fazer caridade com o chapéu do povo brasileiro – acrescentou.

Questionamento

Depois de destacar que os termos da linha de financiamento já estão sendo discutidos em Buenos Aires, Efraim destacou que o Congresso Nacional sequer foi convocado a opinar. Salientou que o assun-

to será motivo de questionamento ao presidente da instituição, durante audiência amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Efraim ponderou que o assunto nem mesmo foi discutido dentro do próprio governo Luiz Inácio Lula da Silva. “De quem partiu essa decisão? Do Itamaraty? Do BNDES? Do presidente Lula?”, indagou, acrescentando que, se partiu do presidente, trata-se “de outra contradição grave”.

O senador lembrou que o PT “e Lula em particular” criticaram o financiamento que o BNDES ofereceu a empresas estrangeiras quando da privatização das companhias telefônicas.

A Venezuela também será contemplada com financiamentos, em valor ainda não revelado, observou Efraim. “Eis aí outro ponto espantoso. Há duas semanas, o presidente pediu a empresários que invistam em infra-estrutura, pois o Estado brasileiro não tem recursos para fazê-lo. Não tem recursos para investir aqui, mas tem para a Venezuela, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina.”



Roosevelt Pinheiro

DESVIO. Capiberibe lembra ocorrência de irregularidades em diversas prefeituras

Capiberibe quer envio de verbas direto à escola

A descentralização dos recursos para a compra da merenda escolar foi defendida pelo senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP), que anunciou a apresentação de projeto de lei nesse sentido. A ideia é que o dinheiro seja enviado pelos governos federal e estadual diretamente para as escolas, evitando a intermediação das prefeituras. O senador acredita que a mudança “irá reduzir consideravelmente as irregularidades na área”.

Capiberibe referiu-se, em seu discurso, a amplo noticiário de jornais sobre desvio de recursos dos programas de merenda escolar. As reportagens dão conta de irregularidades envolvendo prefeituras de São Paulo, Ceará, Bahia e Pará. Com a descentralização será mais fácil o controle da sociedade sobre esses gastos, disse.

– Não adiantam apenas as denúncias. O que precisamos é de instrumentos eficazes de controle social dos recursos públicos. Os desvios não podem ser a regra do comportamento do político, como ocorre, mas a exceção – ressaltou.

Apoio

Em apartes, a proposta de Capiberibe recebeu apoio de vários senadores. Eurípedes Camargo (PT-DF) sugeriu que o projeto inclua o instituto da gestão democrática nas escolas, obrigando a realização de eleições para as direções. O líder do PT, Tião Viana (AC), também defendeu o controle social dos gastos e salientou a experiência de Capiberibe no governo do Amapá.

– Este é um projeto que garante a democracia interna – argumentou Tião Viana.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Valdir Raupp (PMDB-RO) também manifestaram apoio ao projeto.

Agnelo explica por que não recebeu Denízia

Em carta enviada ao senador Leonel Pavan (PSDB-SC), o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, esclarece que não recebeu Denízia dos Santos, filha do falecido jogador Mané Garrincha, porque não estava em Brasília quando ela fez o pedido da audiência.

Na última quarta-feira, Pavan havia solicitado ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que intercedesse junto ao ministro para este receber Denízia. Segundo o senador catarinense, a filha de Garrincha permaneceu por três dias em Brasília, tentando falar com Agnelo Queiroz. O senador informou que Denízia passa por dificuldades financeiras.

De acordo com o ministro do Esporte, no dia 2 de junho, quando Denízia fez o pedido para ser atendida em caráter de urgência, ele se encontrava participando do Fórum Nacional de Secretários de Esportes, em Teresina (PI).

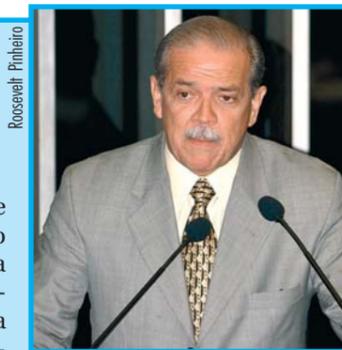
Borges propõe solução para empresas aéreas

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu a adoção de medidas emergenciais pelo governo federal, como a liberação de recursos por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e isenções tributárias, para solucionar a crise das companhias aéreas nacionais. Segundo ele, foram políticas macroeconômicas recessivas que causaram as dificuldades do setor.

– Tais medidas devem constituir um suporte que atenda a rigorosos critérios econômicos e estratégicos estipulados pelo governo. Não se admite a criação de um “Pro-Ar”, em que os contribuintes que não voam

pagariam as contas dos que voam. Entretanto, o governo precisa definir uma política para o setor – afirmou. Esclareceu que “não se trata de mera ajuda financeira a esta ou àquela empresa, mas de medidas cujo objetivo é resgatar um setor estratégico da atividade econômica nacional”.

Ao fazer um diagnóstico das grandes dificuldades da aviação comercial do país, César Borges citou os juros elevados e as desvalorizações cambiais a partir de 1999. Também destacou a pesada carga tributária brasileira, que responde por 35% do valor dos serviços aéreos, enquanto na Europa a carga está em torno de 16% e, nos



Roosevelt Pinheiro

EMERGÊNCIA. César Borges defende ajuda financeira e isenções tributárias

Estados Unidos, em 7,5%.

Em apartes, o senador Efraim Morais (PFL-PB) citou notícia dando conta de que funcionários da Varig criticam a proposta de fusão com a TAM. E Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que, em vez de criar novos ministérios, o governo deveria buscar solução para os problemas da aviação civil.

Cláudio Fonteles faz visita a Sarney e Lobão

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o subprocurador Cláudio Fonteles, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de procurador-geral da República. Fonteles visitou também o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Edison Lobão (PFL-MA), que aguarda a chegada da mensagem presidencial para

marcar a data da sabatina.

Fonteles não quis responder a perguntas dos jornalistas, alegando que só falará após ter seu nome aprovado. Prevista na Constituição, a sabatina a que Fonteles se submeterá vai avaliar se ele atende aos pressupostos de saber jurídico e reputação ilibada, necessários ao exercício do cargo, cujo mandato dura dois anos, renováveis. A decisão será por voto secreto.



SABATINA. Lobão (D) disse que aguarda chegada da mensagem

Paim elogia UnB por criar cotas para negros

O senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou a Universidade de Brasília (UnB) pela decisão de garantir 20% de suas vagas para negros, a partir do vestibular do próximo ano. Ele destacou que, em 2003, a raça negra vem conseguindo várias vitórias, como a instalação pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva da Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial, a concessão de bolsas do Itamaraty para afrodescendentes e a aprovação do Senado à indicação do negro Joaquim Barbosa para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

– Entendo que este é um momento histórico e por isso cumprimento a UnB pela iniciativa de garantir, aqui na capital do país, que efetivamente as cotas para negros passem a ser realidade – afirmou Paulo Paim.

Na mesma linha, o senador registrou que o Senado já aprovou e a Câmara dos Deputados deverá apreciar, em junho ou julho, o Estatuto da Igualdade Racial e Social, que inclui a definição de uma política de cotas. Ao acrescentar que a matéria, ao ser votada na Câmara, deverá voltar para análise do Senado, ele pediu que o assunto seja tratado na Casa com a mesma agilidade e rapidez que ocorreu durante sua tramitação inicial.

Deficientes visuais

Paulo Paim elogiou artigo publicado na edição de ontem do *Correio Braziliense*, de autoria do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, tratando da questão dos deficientes visuais. O texto de Agaciel fala sobre a importância de os deficientes visuais terem uma política especial. O Senado já promoveu algumas iniciativas na área, como a produção de material em braile.

– Espero que a Comissão Diretora do Senado viabilize convênio com entidades do Distrito Federal e de outros estados para fortalecer a vida da pessoa que tem esse tipo de deficiência. Poderemos promover cursos de leitura em braile e imprimir mais documentos nessa linguagem para facilitar a vida dos deficientes visuais. De imediato, a Casa poderá realizar um grande seminário para tratar do assunto, com a participação de uma pessoa cega de cada estado – sugeriu Paulo Paim.

Iris quer medidas eficazes para reduzir a Aids entre as mulheres

Senadora adverte que Ministério da Saúde não deve se limitar às campanhas de conscientização

Célio Azevedo



SOLUÇÕES. Iris defende combate à violência contra a mulher, em especial no ambiente doméstico

Ao registrar que o número de notificações de casos de Aids em mulheres tem crescido no Brasil acima da média, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) alertou sobre a necessidade de o Ministério da Saúde não limitar suas ações apenas no trabalho de conscientização. Ela advertiu sobre a necessidade de melhorar a educação feminina e ampliar sua participação no mercado de trabalho, em condições de igualdade com os trabalhadores homens.

– Também devemos combater decididamente a violência contra a mulher, especialmente no ambiente doméstico, lutar contra preconceitos e a im-

sigualdade nas relações de gênero em nosso país – enumerou Iris de Araújo.

Na avaliação da senadora, as ações públicas de combate à Aids só serão eficazes no grupo feminino se forem acompanhadas de outras medidas, que têm menos a ver diretamente com a área de saúde do que com o reposicionamento da mulher na sociedade.

Iris informou que, nos anos 80, a proporção entre homens contaminados e mulheres era de 25 para 1. Essa proporção caiu para 1,7 homem para cada mulher. Ainda de acordo com a senadora, em alguns casos, como na faixa etária entre 13 e 19 anos, a quantidade de mulheres contaminadas já é superior à de homens. Somente no ano passado, 771 mulheres nessa idade contraíram Aids, contra 714 homens.

A atuação do governo anteri-

posição da passividade às mulheres, aumentar a visibilidade dos problemas e buscar mais intensamente as soluções para as questões decorrentes das de-

HEMODIÁLISE

Mão Santa pede reajuste na tabela do SUS

A baixa remuneração paga pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às clínicas que realizam o serviço de hemodiálise tem trazido graves riscos aos pacientes renais crônicos. O alerta foi feito ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que trouxe a Plenário o pleito da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante pelo aumento do valor pago por sessão.

De acordo com Mão Santa, o Brasil paga US\$ 34 para cada sessão, a metade do que se paga no Uruguai e um terço do valor pago nos Estados Unidos.

– Somente com o aumento das tabelas do SUS será possível aquele equilíbrio. De outra forma, não há como compatibilizar qualidade com a atual baixa remuneração. Além disso, os insumos necessários ao serviço de hemodiálise são importados e tiveram custos influenciados pela alta do dólar. Mas, curiosamente, quando o dólar baixa, eles (os preços) não recuam – disse.

O senador defendeu, baseado em sugestão do médico piauiense Rubens Néri Costa, a criação de uma cesta básica de

materiais para diálise, medida que, para ele, poderia reduzir substancialmente o custo real dos procedimentos. “O governo federal garantiria sustentabilidade aos centros de diálise e controlaria a ação nefasta do oligopólio dos insumos”, afirmou Mão Santa.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) sugeriu a realização de audiência pública com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, e do presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia para discutir o assunto. Hoje, a

or no combate à Aids também foi destacada por Iris de Araújo. Decisões tomadas como a quebra de patentes dos principais componentes do coquetel de remédios anti-retrovirais, disse a senadora, proporcionaram a redução dos custos de tratamento e o aumento da sobrevida dos pacientes. Citando dados do Ministério da Saúde, ela informou que das 500 mil pessoas que têm acesso gratuito a medicamentos anti-Aids no mundo, 30% vivem no Brasil.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que, quando deputado estadual, visitou o México para participar de um curso de planejamento familiar. Durante a visita, ele ficou sabendo que aquele país tem um ministro da População, encarregado de planejar o crescimento populacional. Além dessa tarefa, é responsável por um programa de educação sexual na TV pública.



Rosevelt Fimbeiro

ALERTA. Mão Santa lembrou que insumos da hemodiálise são importados

Subcomissão da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute o assunto, em reunião com representantes do Ministério da Saúde, dos médicos e dos pacientes renais.

Fátima lamenta violência em Rondônia e pede parceria com União

Preocupada com os índices alarmantes de violência urbana em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu a adesão do estado ao Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp), que prevê repasse de recursos para a reestruturação da segurança estadual. Dados apresentados pela senadora indicam que Porto Velho figu-

ra, ao lado de Vitória, Aracaju, Cuiabá e São Paulo, como uma das capitais mais violentas.

– No ranking de homicídios, Porto Velho está em segundo lugar, com a taxa de 52,3 assassinatos para cada 100 mil habitantes (por ano). É uma verdadeira guerra civil, uma guerra que se trava no cotidiano de miséria das periferias inchadas e desassistidas – afirmou.

Fátima responsabilizou o último governo estadual pelas condições precárias do aparelho de segurança. Policiais mal treinados são apenas uma face do problema, disse.

– Há tentáculos na indústria da grilagem, nas invasões em terras indígenas e nas situações em que se confronta o combate à corrupção – salientou.

A senadora defendeu tam-

bém a troca de experiências com o governo do Acre.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que seu estado conseguiu bons resultados no combate à violência porque promoveu uma ação multi-institucional.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que falta comando sobre os organismos de segurança do estado.



PREOCUPAÇÃO. Para Fátima Cleide, taxa de homicídios indica “uma guerra civil”



PARCERIA. Romeu Tuma destaca incremento das relações entre os dois países

Tuma registra encontro Brasil-Líbano

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou o encontro do presidente Lula com o presidente do Conselho de Ministros da República Libanesa, Rafic Hariri, na abertura do “Simpósio Planeta Líbano”, em São Paulo. Segundo o parlamentar, Lula valorizou as possibilidades de parceria do Brasil com o mundo árabe, elegendo como porta de entrada o Líbano.

Hariri, disse Tuma, anunciou o estímulo das relações econômico-culturais e turísticas entre os dois países e lembrou que o número de descendentes de libaneses no Brasil ultrapassa a população do Líbano.

Tuma ainda comentou discursos de Efraim Morais (PFL-PB) sobre a situação econômica; de César Borges (PFL-BA), que analisou a crise na aviação brasileira; e de João Capiberibe (PSB-AP), sobre corrupção com dinheiro da merenda escolar.

Jornal do Senado

Romeu Tuma cumprimentou a equipe do *Jornal do Senado* pelo trabalho de colorização do veículo, ressaltando a boa qualidade da impressão da primeira página de ontem, que reproduzia o quadro *Retirantes*, de Portinari. O senador elogiou a Agenda, que o jornal traz na página 2, pela rapidez com que informa sobre as atividades da Casa.

Paim propõe incentivo ao emprego e mais proteção para trabalhador

Projeto destina recursos do FAT a empreendimentos geradores de postos de trabalho

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), apresentou ontem projeto de lei que pretende proteger o trabalhador contra a demissão imotivada e incentivar a geração de empregos no país.

– Somos motivados, na apresentação dessa proposta, pela dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, que fundamentam a própria razão da nacionalidade – justificou o senador.

A proposição fixa a jornada de trabalho em 40 horas semanais, condicionando seu au-



DIGNIDADE. Paulo Paim diz que seu projeto está baseado nos valores sociais do trabalho

mento a acordo coletivo. De qualquer modo, essa ampliação será limitada a uma hora diária e a dez horas por mês. As horas extras custarão 50% a mais à empresa, que será proi-

bida de ampliar a jornada se houver reduzido o quadro de empregados.

Paulo Paim também propõe ajustes na aplicação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o texto, a parcela oriunda do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) será destinada ao financiamento exclusivo de projetos que, comprovadamente, estejam voltados para a criação de novos empregos. Pelo menos 20% desses recursos deverão ser aplicados em micro e pequenas empresas, cooperativas e iniciativas de auto-ocupação.

Previdência

Em seu pronunciamento, o vice-presidente do Senado saudou a eleição do sindicalista Luiz Marinho para a presidência da Central Única dos Traba-

lhadores (CUT) e anunciou a participação da entidade em movimento que deve reunir em Brasília, amanhã, 30 mil trabalhadores dispostos a sensibilizar os parlamentares a modificar a proposta de reforma da Previdência.

Segundo Paim, a CUT elaborou um documento, no final de maio, reunindo emendas ao projeto previdenciário. Dentre as mudanças propostas, destacam-se a fixação de um teto equivalente a 20 salários mínimos (R\$ 4,8 mil hoje); a manutenção da idade mínima para a aposentadoria em 53 anos para homens e 48 anos para mulheres; a garantia de isenção contributiva para aposentados e pensionistas, e a concessão de aposentadoria especial para trabalhadores vítimas de desgaste físico e mental no exercício de sua função.

Sarney e ministro abrem exposição da Marinha

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, ao lado do ministro da Defesa, José Viegas Filho, e do comandante da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho, da solenidade de abertura da exposição “Marinha do Brasil – Um Passado de Glória Presente na Memória”, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Sarney ressaltou o “orgulho e a satisfação do Senado ao prestar ao povo brasileiro esse serviço de utilidade pública, abrigando a exposição sobre a Marinha do Brasil, quando ela comemora os 138 anos da Batalha Naval do Riachuelo”.

Citando trecho em que o padre Antonio Vieira assinalou a vocação dos antigos habitantes do Maranhão para as lides do mar, o senador disse ser “um desses maranhenses que sonha com o mar e fascinado pela Marinha do Brasil”.

– A Marinha é também uma casa do avanço tecnológico e científico, e quando fui presidente pude acompanhar e apoiar, com os meios de que dispúnhamos, a aventura de criar uma base na Antártica – disse Sarney, lembrando ainda a atuação da Marinha nos setores da energia nuclear e da oceanografia.

Além de aquarelas de Trajano

de Carvalho retratando navios, estão expostos equipamentos, fotos, maquetes, objetos históricos e textos mostrando como a Marinha aparece na cultura popular e como é vista pelos artistas. O objetivo é dar um panorama amplo da atuação da Marinha, incluindo, além das funções de defesa das águas brasileiras e da Amazônia, outras menos conhecidas na pesquisa, na proteção ao meio ambiente, na base da Antártica, no programa



MOSTRA. Viegas, Carvalho e Sarney dão início à exposição da Marinha

do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, ou no projeto de construção de um submarino nuclear brasileiro.



José Cruz

INTERESSES COMUNS. José Sarney lembrou ontem, na abertura do evento, que a união é o melhor caminho para garantir mais espaço no mundo globalizado e competitivo

Virgílio alerta sobre projeto na Amazônia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu a inserção nos Anais do Senado do artigo "Amazônia e cerrado – Interrogações", do jornalista Washington Novaes, publicado na última sexta-feira no jornal *O Estado de S. Paulo*. O artigo, disse o senador, é uma advertência diante do projeto do governo de ceder a empresas, mediante concessões, áreas imensas da floresta amazônica, anunciado em uma conferência em Genebra, na Suíça. Virgílio solicitou, ainda, a convocação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para prestar esclarecimentos a respeito do assunto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O programa de concessão de áreas para manejo florestal, diz Novaes em seu artigo, abrangerá 25 milhões de hectares até 2010, área equivalente ao estado de São Paulo, que seria concedida por 25 a 30 anos a diversas empresas, começando com quatro projetos piloto. O jornalista lembra as críticas de entidades ambientalistas, as quais defendem o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia antes de iniciativas desse porte.

As entidades ambientalistas alertam ainda, diz Novaes, para a fiscalização do programa, "levando em conta as precariedades atuais", para evitar a destruição da biodiversidade.

Mulheres parlamentares de oito países participam de encontro

Representantes dos países de língua portuguesa discutirão estratégias para a integração das nações

O presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem os trabalhos do I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa, que ocorre conjuntamente com o II Encontro Nacional de Mulheres Deputadas. Durante o evento, senadoras, deputadas federais e estaduais de Angola, Brasil,

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste discutirão estratégias de integração entre esses países.

Na abertura, Sarney lembrou que sempre buscou a união de países de língua portuguesa como forma de defender interesses comuns e também de conseguir mais espaço em um mundo globalizado e competitivo. Em 1989, quando era presidente, destacou, Sarney promoveu em São Luís (MA) encontro de presidentes de países de língua portuguesa. Para o senador, aquele momento foi o embrião de associações como

a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

– A língua nos permite pensar, construir e sonhar em comum. Temos assim que pensar juntos em como nos inserir na economia globalizada e usufruir de privilégios que hoje são de poucos – disse o senador.

Espaço

A ex-senadora e atual secretária especial de Políticas para Mulheres, Emilia Fernandes, que representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro, afirmou ser importante haver mais espaço para as mulheres e crianças na nova ordem mundial. Para Emilia,

muitos dos problemas enfrentados pelas mulheres são resultantes da pouca presença feminina nos processos de tomada de decisão. Ela defendeu ainda a realização de uma campanha internacional de valorização da língua portuguesa.

Participaram na mesa de abertura do encontro o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A mulher do vice-presidente, José Alencar, Mariza Gomes da Silva, esteve presente no evento.

Seminário do Interlegis fortalece parlamentos

O Senado será sede do II Seminário Nacional Interlegis, que ocorre hoje e amanhã, e será destinado à modernização do Poder Legislativo municipal, estadual e federal. O evento, que será aberto às 9h30 pelo presidente do Senado, José Sarney, busca o fortalecimento da comunidade virtual, que inclui câmaras de vereadores, assembleias legislativas e o Congresso Nacional, promovendo o intercâmbio de experiências e informações entre parlamentares e funcionários.

No seminário, serão realizadas palestras e grupos de discussão envolvendo a comunicação e o desenvolvimento de ferramentas relacionadas à informática para auxiliar o tra-

balho de parlamentares, especialmente na elaboração de leis. A segurança da informação, o portal Interlegis (www.interlegis.org.br), o desenvolvimento de aplicativos específicos para uso no Legislativo, a realização de videoconferências e a educação a distância estão entre os temas a serem discutidos.

Nos debates, estão previstas as presenças de parlamentares, funcionários dos Legislativos, cientistas políticos e representantes da mídia, que também discutirão propostas para a reforma política e ajudarão a estabelecer as metas do Interlegis para 2003.

Além de Sarney, participarão da abertura o presidente da Câ-

mara dos Deputados, João Paulo Cunha; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campello; e o diretor nacional do Interlegis e 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), entre outros parlamentares. Das discussões sobre reforma política, previstas para amanhã, estão sendo anunciadas as presenças do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Sepúlveda Pertence, dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Magno Malta (PL-ES), Patrícia Saboya (PPS-CE) e do ex-senador Sérgio Machado.

Formação

Concebido em 1997 pelo então Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen),



Roosevelt Pinheiro

ABERTURA. Tuma é uma das presenças esperadas pelos organizadores do seminário

hoje Secretária Especial de Informática, o Interlegis tem como objetivo a formação da comunidade virtual do Legislativo, formada por bancos de dados

sobre legislação, com discussões sobre temas importantes para a evolução das instituições no país.

O projeto, implementado pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), utiliza a Internet como meio de troca de informações entre as Casas Legislativas e cursos a distância para capacitar servidores em todo o país. Assim, o Interlegis procura estar sintonizado com a tendência de ampliação da participação da sociedade civil nas decisões políticas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Euripedes Camargo